

MITOS E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Terezinha Moreira Lima

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

MITOS E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Resumo : Reflexões sobre o mito do desenvolvimento sustentável e da economia solidária como desafio em contexto capitalista onde prevalece a racionalidade formal das políticas transnacionais que se sobrepõem ao âmbito de visão dos atores institucionais ou sujeitos políticos responsáveis pela gestão das cidades. Destacam-se iniciativas de trabalhadoras voltadas para a geração de trabalho, emprego e renda, onde constroem redes de solidariedades em face aos processos de reestruturação produtiva e de desenvolvimento regional no Maranhão. Atenta-se, ainda, para o desafio da participação na gestão democrática e solidária de empreendimentos econômicos, a partir das trabalhadoras no campo, tendo em conta, porém, que essas lutas se caracterizam por particularidades, sem articulação com um projeto coletivo e com pouca relação com a multiplicidade de aspectos que envolvem a questão econômica e os processos de dominação hegemônica.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, economia solidária, participação, mitos, desafios.

MYTH AND CHALLENGES OF THE DEVELOPMENT, PARTICIPATION AND DEMOCRATIC ADMINISTRATION

Abstract: Reflections about the myth of sustainable development and economic solidarity as a capitalist challenging context in which the formal transnational policies rationality prevails and overlaps the scope of vision of institutional actors or political subjects responsible for the management of the considered cities. Among the workers' initiatives they aimed at the creation of new jobs in the market place, employment and income, which build solidarity networks towards the restructuring of production processes and regional development in the Brazilian Maranhão State. Considering the challenge of the rural worker's participation in the democratic management and in economical investments, these struggles are distinguished by specific characteristics, without any connection with a collective project and with the multiple aspects involving hegemonic domination in economic issues.

Key words: sustainable development, economic solidarity, participation, myths, challenges.

Recebido em 17.09.2008. Aprovado em 09.11.2008.

1 INTRODUÇÃO

Mais do que em qualquer outra época vive-se, hoje, a ilusão dos mitos transfigurados nas idéias e práticas das classes dominantes que atingem com maior celeridade todos os sentidos dos indivíduos. A propósito, Bourdieu, em 1998, discorria sobre o mito da “mundialização” e da visão neoliberal que se coloca como evidente e sustentada por um trabalho de doutrinação simbólica do qual participam ativamente determinados intelectuais, e mesmo cidadãos comuns de forma passiva, reproduzindo uma visão de mundo insidiosa e difundida por toda parte, tornando as políticas neoliberais como inevitáveis e indispensáveis.

São impostos, como óbvios, pressupostos criados a partir “de cima”, como o crescimento máximo, a produtividade e a competitividade como fim das ações humanas; faz-se um corte radical entre o econômico e o social e, finalmente, o uso de eufemismos que servem para substituir a realidade objetiva por palavras e frases “mais suaves” numa tentativa de atenuar as problemáticas sociais com discursos mistificadores e alienantes. Bourdieu destaca que há, também, todo um jogo com as conotações e as associações de palavras como flexibilidade, maleabilidade, desregulamentação que tendem a fazer com que a mensagem neoliberal seja uma mensagem universalista de libertação. (BOURDIEU, 1998, p. 44)

Dentre os mitos citados por Bordieu, a globalização é um mito no sentido forte do termo, um discurso poderoso, uma idéia-força, uma idéia que tem força social, que realiza a crença. É a arma principal das lutas contra as conquistas do welfare state e tem por função instaurar uma reestruturação, a volta a um capitalismo selvagem, mais racionalizado e cínico. A globalização é antes de tudo um mito justificador de um mercado financeiro unificador, dominado por países mais ricos. Isso não significa, entretanto, homogeneização; é a extensão do domínio de um pequeno número de nações dominantes sobre o conjunto das praças financeiras nacionais incidindo, inevitavelmente, sobre a divisão social do trabalho e sobre os trabalhadores em todo o mundo.

O poder do mito tem resvalado para outras questões importantes nas sociedades contemporâneas como o mito do desenvolvimento sustentável em uma conjuntura com mudanças dramáticas e sem precedentes, onde se verificam profundas metamorfoses no mundo do trabalho. Além do mais, os conflitos em torno do avanço dos processos de devastação ambiental e da biodiversidade são desrespeitados, especialmente, pelos países industrializados que possuem o domínio da biotecnologia e que ainda não despertaram, convenientemente, para os problemas do aquecimento do planeta.

Celso Furtado afirmava que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito, desviando-se a atenção das necessidades

fundamentais da coletividade, mobilizando os povos e levando-os a aceitarem sacrifícios, justificando-se formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo. A literatura sobre o desenvolvimento econômico exemplifica o papel do mito reforçando a idéia e evidência de sua universalização. Para Furtado (1999), o desenvolvimento deve ser entendido como processo de transformação da sociedade tanto em relação aos meios quanto aos fins e que cada país deve levar em conta suas peculiaridades «tendo em conta os constrangimentos do quadro internacional».

Neste artigo refletimos sobre o mito do desenvolvimento sustentável e da economia solidária como um desafio em contexto capitalista onde prevalece a racionalidade formal das políticas transnacionais que se sobrepõem ao âmbito de visão dos atores nacionais e, quiçá, dos denominados atores institucionais ou sujeitos políticos responsáveis pela gestão das cidades. Destacamos as iniciativas de trabalhadoras voltadas para a geração de trabalho, emprego e renda, onde constroem redes de solidariedades em face dos processos de reestruturação produtiva e de desenvolvimento regional no Maranhão. Atentamos, ainda, para o desafio da participação na gestão democrática como uma forma de desenvolvimento humano no sentido de Amartya Sen (2000) «de expansão das liberdades reais de que goza um povo».

2 SOBRE MITOS E DESAFIOS

É importante ressaltar que o conceito de desenvolvimento sustentável originou-se a partir do discurso desenvolvimentista, consubstanciando-se no informe denominado “Nuestro Futuro Común”, Relatório Brundtland de 1987 que faz 20 anos, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, onde declara que: desenvolvimento sustentável é aquele que *“atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”* – portanto, garantindo o crescimento econômico, social e ambientalmente sustentável. Essa noção de sustentabilidade já considerava que os recursos naturais não são renováveis e inesgotáveis, portanto; havendo uma estreita relação com a dinâmica do sistema capitalista, onde se dá a apropriação dos recursos da natureza sem atentar para os cuidados necessários em evitar a escassez e manter a qualidade do meio ambiente.

Como se verifica, é um conceito atual do ponto de vista que atende às expectativas do momento em que se vivem determinadas circunstâncias e conjunturas sociais e políticas, tendo sido reiterado por ocasião da Agenda 21 que afirma a economia como motora do desenvolvimento sustentável e destaca em vários capítulos a necessidade de um ambiente econômico e internacional que garanta

políticas onde se viabilize a liberalização do comércio, da distribuição ótima da produção mundial dentro da lógica e da hegemonia do mercado.

Vários fatores têm despertado as sociedades para a discussão da sustentabilidade, dentre eles os desastres ambientais como resultados da crescente e irracional interferência do homem no meio ambiente. Nos anos 1970, por exemplo, ocorreu a crise do petróleo chamando a atenção do mundo para a questão ambiental; em 1986 a explosão de um reator da usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, lançou radiação na atmosfera, com prejuízos incalculáveis para a humanidade, atingindo cerca de 3,4 milhões de pessoas.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO-92, foi uma tentativa de articular governos e instituições da sociedade civil de 179 países com o objetivo de promover em todo o planeta um padrão de desenvolvimento que conciliasse mecanismos de proteção ambiental, equidade social e eficiência econômica. Tanto para o Relatório Brundtland quanto para a Agenda 21 a questão da sustentabilidade é pautada pela visão econômica, defendendo o crescimento econômico com o progresso técnico sem limitar, no entanto, o sistema de acumulação capitalista.

Apesar desses esforços progressistas, continua o desenvolvimento econômico a palavra chave da eficiência e das inovações tecnológicas capaz de garantir o melhor aproveitamento dos recursos naturais assim como contribuir para a busca de soluções para os efeitos nocivos das atividades produtivas que trazem danos ao planeta. Em 2002, dois anos depois da ECO-92, o Brasil criou sua própria Agenda 21 contemplando a participação do governo, setor produtivo e sociedade civil quando foram discutidas muitas propostas resumidas nos seguintes eixos temáticos: Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infra-Estrutura e Integração Regional, Gestão dos Recursos Naturais, Redução das Desigualdades Sociais e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável, a partir dos quais seriam formuladas políticas públicas. Entretanto, mais uma vez, as boas intenções e propostas exequíveis ficaram no papel.

É publicado o Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC na sigla em inglês). A primeira parte do relatório do IPCC, divulgada em fevereiro de 2007, tratava sobre a avaliação científica do fenômeno de aquecimento global, comprovando-se a responsabilidade das ações humanas na mudança climática. A segunda, lançada em abril, destacava possíveis impactos e conseqüências do aquecimento sobre países e ecossistemas, destacando-se: o aumento da frequência e de extremos climáticos (períodos quentes ou muito frios); aumento de erosão de áreas costeiras, com o mar invadindo lentamente cidades litorâneas e redução de taxa de precipitação, ou seja, áreas secas podiam ter ainda menos água e

ecossistemas de áreas úmidas podiam ser transformados. A terceira, divulgada na sexta-feira (4/5/07), em Bangcoc (Tailândia), aponta para propostas que reduzam as emissões de dióxido de carbono entre 50% e 85% até 2050 como o estímulo ao uso de formas alternativas de energia que não envolvam a queima de combustíveis fósseis a partir da adoção dos mecanismos de crédito de carbono; o uso de energia solar e eólica combinado com a utilização eficiente de energia na iluminação de prédios, além da captura e o armazenamento de dióxido de carbono expelido por usinas movidas a carvão, dentre outras medidas.

São previstos impactos na agricultura causados pelas alterações no sistema hidrológico e também pelo aumento de temperaturas em algumas regiões do planeta. O relatório ressalta o que pode acontecer em todos os setores da vida humana: social, econômico, etc. destacando que a floresta amazônica é um grande motivo de preocupação podendo, com a perda da umidade devido às altas temperaturas, ficar mais seca e vulnerável a queimadas tendendo, pois, a diminuir de tamanho. Portanto, é cada vez mais urgente se pensar a questão do desenvolvimento abrangendo todas as dimensões da existência humana, procurando identificar e reconhecer as dificuldades envolvidas nas escolhas que impactam os processos de desenvolvimento desde a instância nacional, regional, estadual e municipal ou, dito de outra forma, desde o espaço micro ao macro-estrutural relacionado aos circuitos da mundialização do capital e aos processos de globalização. O IPCC e outros estudos constituem um grande passo na produção de informações, tendo em vista a formulação de projetos de desenvolvimento regional e local.

Em recente relatório da CEPAL/PNUD/OIT, sob a coordenação geral de Baumann (2008), a CEPAL reforça a sua tese de se manter crescimento econômico elevado com equidade permitindo que todos participem e sejam atores do desenvolvimento; o PNUD ressalta o desenvolvimento humano contribuindo com metodologia para medi-lo e monitorá-lo e a OIT salienta a importância do trabalho decente como via fundamental para superar a pobreza, criar sociedades mais justas e inclusivas e fomentar a governabilidade democrática. Essas três dimensões são combinadas considerando que o crescimento econômico tem potencial de expandir as capacidades humanas, de ser equitativo e aumentar as oportunidades que constituem o desenvolvimento humano. Desse modo, é indispensável que o crescimento gere empregos de qualidade, com proteção social e respeito aos direitos do trabalho e que permita às pessoas serem partes da sociedade. O relatório ainda acrescenta que o conjunto das políticas públicas deve assegurar o acesso equitativo ao mercado de trabalho, o que supõe enfrentar as segmentações, desigualdades e discriminações; garantir o diálogo entre governo,

trabalhadores e empregadores e, finalmente, a articulação das políticas econômicas, políticas e sociais favorece a ampliação da competitividade das economias em um mundo globalizado e promove melhores condições para a inserção dos países no mercado global e para seu desenvolvimento sustentável.

Significa um enorme desafio, considerando a nova configuração das estruturas produtivas associadas às transformações sociais, econômicas e políticas assim como o papel desempenhado pelas instituições e organizações da sociedade civil na delimitação dos territórios no mundo contemporâneo. É, pois, fundamental atentar para fatores econômicos, e principalmente históricos e culturais, visto ser impossível resolver a questão da sustentabilidade sem considerar as decisões a nível internacional em relação à sobrevivência humana.

Considerando a dimensão continental do Brasil, a preocupação com o resgate do conceito de região e de território deve ser renovada e atualizado o debate em termos de potencializar ações voltadas para a solução de grandes problemas que afligem o país; particularmente as regiões, estados e municípios. As iniciativas governamentais nessa direção têm frustrado expectativas em relação ao desenvolvimento sustentável, pois demonstram a questão da sustentabilidade com medidas locais e circunscritas a determinados grupos populacionais, perdendo de vista os grandes eixos discutidos na Agenda 21 de 2002, no Brasil, que contempla a atividade econômica, o meio ambiente, a redução das desigualdades sociais e a participação de todos os atores institucionais e os sujeitos políticos no processo de desenvolvimento. É o caso do Decreto nº 6.040 voltado exclusivamente para os povos e comunidades tradicionais: indígenas e quilombolas.

Talvez por conta da pressão dos movimentos sociais, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, compreendendo-se no seu Art. 3º: I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; III – Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Essa medida limita as potencialidades dos movimentos sociais que discutem o desenvolvimento sustentável por uma nova sociabilidade, em uma perspectiva mais geral, ressaltando o campo das relações sociais e compreendendo noções construídas no confronto de atores institucionais e sujeitos políticos que

buscam marcar posições onde a lógica do mercado ceda lugar aos pressupostos democráticos e socialistas, redesenhando-se modos e práticas de controle sobre a distribuição e divisão da riqueza social e a preservação dos recursos da natureza.

Nessa perspectiva, a economia solidária aponta para a constituição de alternativas de geração de trabalho e renda a partir do labor solidário e autogestionário em condições adversas para o desenvolvimento sustentável. São conceitos ainda em construção e que se expressam nas práticas dos trabalhadores atingidos pelas recorrentes crises e processos de reestruturação capitalista. Pode-se considerá-los como mito, uma crença, idéias força no sentido contra-hegemônico do termo colocado acima por Bordieu.

Tanto a idéia de desenvolvimento sustentável quanto a de economia solidária suscitam novos princípios e valores, um contra-discurso, a construção de outros paradigmas que venham nortear ações e práticas coletivas para uma nova sociabilidade. Nesse sentido, são muitos os significados do desenvolvimento sustentável e da economia solidária que se desejam em face da manifesta crise social e ambiental de dimensão planetária. Verifica-se a formulação de diferentes propostas e concepções de modelos de desenvolvimento sustentável fundamentadas em diversas matrizes teóricas com distintos projetos políticos, segundo os interesses em confronto e que se refletem nas ações e práticas coletivas.

As redes locais e a dimensão do processo de desenvolvimento de novo tipo tornam-se centrais para criarem as bases materiais e subjetivas para um novo projeto nacional articulado com uma estratégia alternativa de manejo das possibilidades construídas a partir da crise da economia no mundo capitalista. Desse modo, originam-se e são recriados padrões de cooperação do trabalho reconhecendo-se o potencial das dinâmicas regional e territorial como instrumento de emancipação capaz de gerar novas alternativas e padrões de desenvolvimento por meio das forças do poder associativo e cooperativo e da articulação coletiva construindo-se redes e fomentando potencialidades organizativas.

Os diversos empreendimentos, as cooperativas e as organizações de autogestão emergem com novos padrões, formatos de solidariedade e cooperação produtiva sendo denominados como economia popular, economia social, economia de solidariedade e economia solidária. Tais práticas não se constituem uma novidade, porquanto, na história da humanidade; experiências solidárias sempre estiveram presentes como reação a processos de exploração. Hoje, a economia solidária surge como reação às crises do capitalismo e aos processos de reestruturação produtiva e, por conseguinte, aos processos de desigualdade social e desemprego estrutural.

O certo é que, mesmo dentro do leque estreito de controle do sistema capitalista e monopolizador

dos meios de produção, responsável pela desigualdade social e degradação ambiental, concebem-se outras idéias fundamentadas em princípios de equidade social, sem perder de vista a crítica à exploração e subsunção do trabalho ao capital. Essas experiências sociais novas apontam para desafios que se colocam exigindo debates entre governos e sociedade civil no sentido de garantir um planejamento em bases mais firmes e onde sejam estabelecidas as redes locais.

A dimensão desse novo processo de desenvolvimento, em bases sustentáveis, torna imprescindível a criação de condições materiais e subjetivas para um novo projeto nacional articulado com uma estratégia alternativa de manejo das possibilidades construídas a partir da crise da economia no mundo capitalista. Portanto, originam-se e são recriados padrões de cooperação do trabalho reconhecendo-se o potencial das dinâmicas regional, territorial e local como instrumento de emancipação capaz de gerar novas alternativas e padrões de desenvolvimento por meio das forças do poder associativo e cooperativo e da articulação coletiva.

Em alguns países da Europa, embora se admita sua dimensão social, a economia solidária não é reconhecida como “economia capaz de resolver questões sociais emergentes [...] Além disso, de uma maneira geral, a participação da sociedade civil ocorre sem nenhuma ligação com toda a questão econômica”. (LAVILLE, 2004) De acordo com o autor, especialmente na França, não existe esse reconhecimento. Entretanto, nos últimos anos, em vários países, novas leis reconheceram as chamadas empresas sociais. Na Comunidade Econômica Européia (CEE), especialmente a partir dos anos 1980, tem se expandido um movimento de iniciativa dos próprios trabalhadores criando empresas cooperativas, com destaque para a Espanha, Itália e Portugal, cujas Constituições fazem menção à economia social. Na Espanha, as empresas de economia social chegam a corresponder a cerca de 3% do PIB e 6% do emprego constituindo-se o complexo cooperativo de Mondragón, por exemplo, com mais de cem cooperativas e fábricas interligadas e complementares, cadeias de supermercados, banco e uma universidade, empregando milhares de pessoas e com influência sobre toda uma região, o denominado País Basco, província espanhola.

Conforme Santos (2002), Mondragón é uma verdadeira economia regional cooperativa: suas cooperativas de produção, consumo, crédito e educação estão intimamente ligadas por meio de laços de mútua dependência. A coordenação e a ajuda mútua entre as cooperativas são obtidas mediante a subordinação dessas aos órgãos de decisão participativos do grupo no seu conjunto que determinam o financiamento e os parâmetros da administração de cada cooperativa. Há vários mecanismos de apoio às cooperativas, entre os quais se destacam a redistribuição de parte dos

lucros das cooperativas de maior sucesso pelas que atravessam dificuldades temporárias e a rotação de pessoal experiente de acordo com as necessidades das cooperativas. Santos (2002, p. 39) afirma que Mondragón teve êxito porque “conseguiu transformar-se em uma verdadeira economia cooperativa regional, cuja rede de apoio permitiu a sobrevivência e a expansão das cooperativas que fazem parte dela”.

O exemplo, a favor, vem também da Itália que nos anos 1970 criou uma cooperativa de solidariedade social que foi reconhecida por lei, estando atualmente com cerca de 100 mil pessoas que prestam serviços, integrando outras que se encontravam desempregadas. Em geral, são empresas que não passam de cem pessoas; quando se chega a esse número cria-se outra, preferindo-se sempre pequenas unidades de produção com uma grande integração territorial no que se refere à comercialização, treinamento e formação. «Isso é feito em forma de consórcio e existem pequenas e médias empresas articuladas em organizações territoriais demonstrando um dinamismo econômico muito grande». (LAVILLE, 2004, p. 86)

A autogestão é um fato historicamente verificado na sociedade capitalista, é praticada uma forma de organização especial de propriedade, distribuição de lucros, autonomia de gestão, caracterizando-se pela valorização dos seus associados e da sociedade. Desse modo, obedecem a regras que asseguram a tomada de decisões em bases democráticas facilitando o acesso dos associados ao trabalho, bens e serviços, distribuindo o excedente de forma proporcional ao trabalho de cada um verificando-se, portanto, uma relação de trabalho distinta da relação capital – assalariado. “A autogestão não foi inventada por algum teórico para depois ser colocada em prática. Ela é resultado de uma experiência de um século e meio de tentativas de organização coletivistas, cooperativas e igualitárias de produção”. (SINGER, 2000, p. 354)

Para Vieitez e Dal Ri (2001), o associado distingue-se do assalariado pelo fato de que o ato de associação concede-lhe estabilidade ou o direito de manter-se no trabalho por todo o tempo de sua vida útil como trabalhador, observadas as regras estabelecidas para a sobrevivência do empreendimento. Para Singer, a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, o capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. “Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa [...]. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar o lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho”. (SANTOS, 2002, p. 85)

Pochmann afirma que o avanço inicial da economia solidária deve-se à junção de dois movimentos específicos no Brasil. De um lado o desemprego com um excedente de mão de obra, evidenciando-se a “proletarização da antiga classe

operária industrial e o desaburguesamento da classe média” e de outro “o movimento composto por um importante conjunto de militantes sociais críticos e engajado na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil”. (POCHMANN, 2004, p. 24) O autor faz uma análise das tendências gerais de estruturação e desestruturação do mercado de trabalho no Brasil refletindo desde os anos 1930 até o ano de 2000 quando destaca as taxas de ocupação e de desemprego para mostrar o fortalecimento da tendência de desestruturação do mercado de trabalho. Reflete sobre o avanço na crise do desenvolvimento capitalista que tem gerado “um quadro de esgarçamento do tecido social em que coexistem, pelo menos, distintos modos de produção”. (POCHMANN, 2004, p. 30)

Acerca da economia solidária, Pochmann reconhece o seu espaço de oportunidades no Brasil e chama a atenção para seus limites enquanto não houver a concretização de um conjunto amplo de políticas públicas. Nesse sentido, ressalta grandes lacunas que poderão ser preenchidas com o papel das políticas públicas, tais como: a definição a respeito da regulação pública que defina o estatuto da economia solidária; o padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da economia solidária; a necessidade de constituição de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária; a incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior e o tema das compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias. Preenchidas essas lacunas, em termos de políticas públicas, a economia solidária teria condições de potencializar as oportunidades do seu desenvolvimento “constituindo-se como um modo de produção alternativo no Brasil”. (POCHMANN, 2004, p. 31-32)

A questão da sustentabilidade volta a ser debatida com a proposição da economia solidária como política pública tendo em conta as crises no mundo do trabalho, o aumento do desemprego, a perda de milhares de postos de trabalho e a flexibilização ou precarização das relações de trabalho no Brasil. É criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária, a SENAES, vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego como resposta a esses problemas e com a perspectiva do desenvolvimento solidário como forma de combate à pobreza por meio de uma política participativa. Transformar a economia solidária em política pública revolucionando não só as estruturas locais, o surgimento de uma rede que abrigue todas as cadeias produtivas, desde a sua origem, e o encadeamento de todas as fases aproveitando as experiências já existentes.

É um fato relevante a criação da SENAES e o surgimento de todo o movimento que lhe deu origem configurado no Fórum Brasileiro de Economia

Solidária (FBES). Entretanto, não houve avanços em termos da concretização das políticas públicas, apesar dos avanços em torno da discussão e articulação governos e sociedade civil e de, na elaboração do Plano Plurianual 2008/2011 do Governo Federal, terem sido reforçadas nas principais linhas do programa a organização da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária e a perspectiva do desenvolvimento local; a formação e assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação; o fomento às finanças solidárias sob a forma de bancos comunitários e fundos rotativos solidários e a elaboração de um marco jurídico diferenciado para a economia solidária garantindo o direito ao trabalho associado.

Para o governo federal, ou seja, para a SENAES (Ministério de Trabalho e Emprego, MTE), a Economia Solidária estaria empenhada em promover o combate à pobreza mediante as oportunidades do programa Fome Zero, da reforma agrária e de outras políticas sociais do governo. Reconhece que um ponto crucial é o financiamento dessas iniciativas e que o governo brasileiro está empenhado em reformas do sistema financeiro que o abram às camadas de baixa renda que hoje estão excluídas. “Outra alternativa é a criação de um outro sistema financeiro – solidário, popular, comunitário – que diferentes empreendimentos da economia solidária já estão desenvolvendo em várias partes do Brasil”. (SINGER, 2004)

Caberia, portanto, à SENAES e MTE a garantia da inserção na produção social das variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas como o cooperativismo e associativismo por meio da geração de trabalho, emprego e renda assim como difundir a economia solidária em todas as unidades da federação. Embora tenham surgido secretarias estaduais no país voltadas para a economia solidária, a SENAES continua encontrando limites institucionais para atingir os seus objetivos, tais como: a definição de recursos da própria secretaria em termos da dotação orçamentária; a indefinição de marco legal próprio ao modelo cooperativo de economia solidária; a formulação de implantação de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário que determinaria a promoção de conhecimentos e tecnologias próprios à lógica da economia solidária; a utilização do Sistema de Informações em Economia Solidária e o fortalecimento do Conselho Nacional de Economia Solidária e dos demais espaços governamentais e da sociedade civil para a proposição de políticas públicas nessa área.

Como resultados positivos, o movimento a favor da economia solidária encontra-se organizado, institucionalmente, por meio da SENAES, do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), do Fórum Brasileiro de Economia Solidária –(FBES) e dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária. O CNES é formado por 56 entidades (19 do governo,

20 de empreendimentos de economia solidária e 17 entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária), tendo cinco comitês temáticos: Comercialização, Redes e cadeias de produção e consumo, Crédito e finanças solidárias, Formação e assistência técnica e Institucionalidade da política nacional e Marco Jurídico.

3 REDES DE SOLIDARIEDADES E AUTOGESTÃO NO CAMPO MARANHENSE

Para Quijano (2002), a perspectiva da existência sem exploração é bem antiga, porém a idéia de um modo ou um sistema alternativo de produção só existe há apenas dois séculos, começando a ser discutida na Europa, em meados do século XIX, surgindo duas vertentes que emergiram no bojo da crise mundial, no final do século XX. Uma consistia na investigação latino-americana acerca da questão da marginalização, assinalava que o capitalismo processava novas tendências em relação ao capital-trabalho excluindo um grande número de trabalhadores. A outra vertente é resultado da crise mundial dos anos setenta e, quando ela surgiu, a “marginalização” dos trabalhadores aumentou gradativamente, principalmente em áreas periféricas e dependentes. Além disso, teve início um novo período de resistência dos trabalhadores por meio da universalização da “informalidade”, remetendo ao que o homem deveria fazer para sobreviver antes que o capitalismo invadisse seu espaço, fragilizando e regulamentando o trabalho de tal forma a atender aos seus objetivos.

É fato que o capitalismo mudou muito nas últimas décadas ocorrendo protestos e lutas das classes trabalhadoras relacionados à falta de emprego e melhor distribuição de renda, bens e serviços e contra os processos de exclusão social que forçam os trabalhadores a se submeterem a formas pré-salariais de exploração e a recorrerem a diversas estratégias de sobrevivência.

Destacam-se duas possibilidades reconhecidas por Quijano (2002). Primeiro a Economia Solidária que tem a cooperativa como instituição central alternativa ao capital, mesmo que alguns autores descartem seu potencial. Muito diferente das empresas capitalistas, elas identificam-se como um sistema de autogestão dos trabalhadores que produzem, fazem a distribuição dos produtos, bens, serviços e benefícios de mercado de forma coletiva. O processo de produção, comercialização e consumo é considerado parte de um modelo amplo de relações econômicas que devem considerar a sustentabilidade ambiental, a cooperação produtiva, o comércio justo e o consumo solidário e responsável. Segundo, a Economia Popular que se constitui da organização da produção e da distribuição relacionando-se com o mercado associado, às vezes, às atividades econômicas. Constitui-se também de pessoas com relações primárias entre si. Caracteriza-se por relações de

trabalho e de distribuição de recursos e do produto fundamentalmente organizadas em torno da reciprocidade e da vida social, das práticas sociais quotidianas.

Uma grande parte dos empreendimentos de trabalhadores (as) na área rural do Maranhão é identificada com a Economia Popular considerando, entre outros aspectos, as limitações e dificuldades encontradas em termos da inserção dessas atividades nos processos de produção, comercialização e consumo de forma ampliada, além de outros fatores como a falta de recursos, de articulação com os projetos de desenvolvimento local, estadual e nacional e a pouca qualificação técnica dos trabalhadores (as) para assumirem tais iniciativas.

As organizações das mulheres trabalhadoras rurais na cadeia produtiva do babaçu no Maranhão têm tanto características apontadas por uma vertente quanto por outra no sentido de que são atividades tradicionalmente desenvolvidas em comunidades bem definidas que se relacionam especialmente entre grupos familiares, mas mantém relação e parcerias com outras organizações que vão além da questão local e regional e do fato de terem como perspectiva a organização política para a superação dos limites locais.

Nas áreas dos babaçuais outros agentes como os fazendeiros, donos das terras, contratam catadores, arrendam áreas das fazendas e vendem as amêndoas para as indústrias e o carvão para as siderúrgicas. Os catadores de coco, em geral mulheres e crianças que também quebram o coco, produzem o óleo para a própria sobrevivência e vendem as amêndoas tanto para os intermediários quanto para as cooperativas que se organizam cada vez mais e articulam as mulheres em diversas organizações vinculadas especialmente ao MIQCB e ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR's). As mulheres enfrentam uma grande luta contra a devastação de juçarais, das palmeiras de tucum, além das palmeiras de babaçu, considerando que o processo de devastação envolve várias situações já identificadas pelo Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Os fornos são improvisados, feitos de tonéis de óleo, com o fundo retirado de forma a permitir a queima do coco inteiro e das cascas. De modo geral, esse processo de devastação acontece em todos os municípios das regiões onde existe o babaçu. Na devastação das palmeiras os fazendeiros usam, inclusive, a cerca elétrica para a interdição do acesso às palmeiras assim como a queima e o envenenamento das palmeiras e seus frutos.

Cada região onde existem os babaçuais sofre com um tipo de devastação diferente. O avanço da pecuária bovina e bubalina das indústrias de ferro gusa, do óleo vegetal e das olarias tem como efeito imediato a derrubada das palmeiras para dar lugar ao pasto e produzir o carvão. As trabalhadoras sofrem diversas formas de exploração e constrangimentos. Entre as situações mais

recorrentes estão a interdição do acesso aos babaçuais, a cobrança por metade dos cocos coletados e a compra das amêndoas por atravessadores que revendem para as indústrias de sabão e óleo, além de ameaças de morte e castigos físicos. Não existe a preocupação com o meio ambiente e as quebradeiras tentam reverter essa situação, mas nem sempre encontram apoio jurídico e político, pois não há políticas públicas que ajudem na preservação dos babaçuais.

Conforme depoimentos, isso acontece porque os grandes fazendeiros também são políticos, às vezes juizes, exercem algum cargo político, o que acaba prejudicando-as. De outro modo, as quebradeiras de coco babaçu revelam-se sujeitos políticos importantes, já que lutam por um projeto coletivo como a conquista da terra, a autonomia do processo produtivo, o livre acesso aos babaçuais e a capacidade mobilizatória permanente como pré-requisito para o êxito das iniciativas cooperativistas e de preservação do meio ambiente.

4 CONCLUSÃO

O Brasil, país sensível às mudanças e estratégias da economia mundial, à dinâmica do capital produtivo e financeiro, deve estar aberto e sensível aos movimentos de resistência dos trabalhadores em relação à exploração capitalista e à construção de uma lógica contra a ofensiva neoliberal promovendo transformações que alterem as estruturas desiguais e reconhecendo as experiências que se multiplicam, cuja relevância é incalculável para a garantia dos recursos não renováveis da diversidade biológica contra a devastação e a deterioração ambiental. Parece distante, na prática, a tão falada globalização solidária da economia por meio da difusão do consumo solidário, do comércio justo ou "fairtrade", onde se comercializam bens que agregam valor social e ambiental produzidos por trabalhadores (as) organizados (as) em cooperativas, associações, organizações e empreendimentos auto-gestionários ampliando as relações de produção, comercialização e o consumo das populações articulando os trabalhadores em empreendimentos solidários.

Verifica-se que, dentre as redes de solidariedade, destaca-se a economia solidária, discutida como alternativa dos (as) trabalhadores (as) no enfrentamento dos problemas originados pelo desemprego, subemprego, exploração da força de trabalho e dos processos de dominação econômica e devastação ambiental. No campo maranhense existe um forte movimento tentando qualificar tais iniciativas como economia solidária e como estratégias de desenvolvimento sustentável na dimensão da relação com a preservação do meio ambiente, da fauna, da flora nativa e dos ecossistemas.

Que o desenvolvimento sustentável se constitua efetivamente em uma estratégia política para o

desenvolvimento do país visando não só metas macroeconômicas com vistas à estabilidade e excelência da produtividade, mas também, e principalmente, metas sócio-econômicas voltadas para a preservação dos recursos naturais, a redistribuição da riqueza social e a diminuição das desigualdades sociais, sob pena de virar mais um mito ou clichê reproduzido em todas as dimensões da sociedade, sem uma visão mais objetiva dos processos de globalização e de mundialização do capital que influem em todas as instâncias de poder e das relações nas sociedades hierarquizando processos de decisão e de informação por meio das redes produtivas e financeiras e territorializando os centros de decisão.

Na gestão democrática e solidária dos empreendimentos econômicos verifica-se a valorização do conceito de desenvolvimento, assim como a multiplicação das formas de organização dos interesses sociais e coletivos, com ênfase na autonomia política e organizativa dos sujeitos sociais e na participação do processo de gestão das políticas públicas. Entretanto, observa-se que essas lutas caracterizam-se por particularidades envolvendo vastos segmentos sociais relegados ao esquecimento pelos sucessivos governos. Devido a isso a participação social ocorre, na maioria das vezes, sem articulação com um projeto coletivo e sem nenhuma relação com a multiplicidade de aspectos que envolvem a questão econômica e os processos de dominação hegemônica. Essa fragilidade política cria terreno para a fertilização de práticas diversas que se confundem com ações solidárias dos trabalhadores contra os efeitos nocivos da crise estrutural do capital.

Apesar dos desafios apontados, existem hoje no país, em todos os campos da economia, política e cultura, organizações e redes que se multiplicam atuando nacional e internacionalmente, voltadas para objetivos que visam a assegurar as liberdades públicas, os interesses coletivos e as expectativas dos trabalhadores. A noção de rede potencializa uma grande sinergia coletiva que se expressa na formação, constituição e funcionamento de fóruns, conselhos gestores de políticas e criação de organizações de toda ordem que congregam agentes institucionais e sujeitos políticos heterogêneos, portanto, com idéias e perspectivas diferentes e divergentes no encaminhamento e resolução dos conflitos e problemas. Apesar disso, ampliam-se novos campos de possibilidades para a garantia das condições de produção com base em ética e princípios de solidariedade alternativos ao consenso econômico hegemônico.

REFERÊNCIAS

BAUMANN, R. (coord.). **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008, 176 p.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**. Reflexões sobre a formação do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LAVILLE, Jean Louis. Práticas da economia solidária. **Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães 5**, Disponível em: <http://www.flem.org.br/cadernos>. Acesso em 2004.

LIMA, Terezinha M. A economia solidária face aos processos de reestruturação produtiva e de desenvolvimento regional. In: LIMA, Terezinha M. (Org.). **Desenvolvimento, poder e cultura política**, São Luís/MA: Editora UEMA, 2006.

POCHMANN, Márcio. **Economia solidária no Brasil: Possibilidades e limites**. Brasília: IPEA, Mercado de trabalho, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de S (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).

SANTOS, Boaventura de S. (Org.). **Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).

SEN, Amartya. **Desarrollo y libertad**. Buenos Aires: Planeta, 2000.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P; SOUZA, A.R. (orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de S. (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

_____. A economia solidária no governo federal. **Mercado de Trabalho**. IPEA, 2004.

VIETEZ, Candido Giraldez, R. I., Neusa M. **Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Terezinha Moreira Lima

Professora da Universidade Estadual do Maranhão; Doutora em Serviço Social / Política Social e Movimentos Sociais pela PUC/SP. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA.
E-mail: tmlima@elo.com.br.

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Av. dos Portugueses, s/n
Campus Universitário do Bacanga
São Luis-MA
CEP: 65.080-040